

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.094 - PR (2019/0167990-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MARCOS CESAR ARTACHO
ADVOGADOS : WALTER BARBOSA BITTAR - PR020774
RODRIGO JOSÉ MENDES ANTUNES - PR036897
RAFAEL JUNIOR SOARES - PR045177
LUIZ ANTONIO BORRI - PR061448
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

MARCOS CESAR ARTACHO alega sofrer constrangimento ilegal, em face de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 0054747-49.2018.8.16.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado, no âmbito da Operação Publicano, como incurso no art. 333, parágrafo único, do Código Penal.

A defesa aponta a existência de coação ilegal, visto que a ação sustenta-se exclusivamente em declarações emanadas de réu colaborador, evidenciando-se, assim, a ausência de justa causa para ação penal.

Requer "o PROVIMENTO do presente recurso ordinário, com a consequente REFORMA do acórdão proferido no habeas corpus, a fim de que seja determinado o TRANCAMENTO DO PROCESSO CRIME n. 0038210-38.2015.8.16.0014, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-PR".

Decido.

Da análise dos autos, impende consignar que, conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento de processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, **de maneira inequívoca e a um primeiro olhar**, a atipicidade da conduta, **a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria** ou a **existência de causa extintiva da punibilidade**, não se configurando o caso dos autos, **à primeira vista**, em nenhuma das hipóteses autorizadoras desta Corte. No mesmo sentido, o seguinte precedente da excelsa Corte: **HC n. 114.223/SP, Rel. Ministro**

Teori Zavascki, 2ª T., DJe 12/11/2015.

Ademais, destaco que a análise do pedido de reconhecimento da ausência de justa causa se confunde com o próprio mérito do *mandamus*, razão pela qual deve ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular sobre os fatos alegados na inicial.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**